

————— Flaviano Lima

**Questões comentadas de
Direito
Previdenciário**
para o concurso do INSS

2027

SEGURADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

25. (FGV – 2025 – TRF 3ª REGIÃO) Sobre a condição de segurado especial, assinale a alternativa correta:

Alternativas:

- A** É pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida, bem como pessoa quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento.
- B** Pode participar de plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar.
- C** Pode sê-lo o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento em período superior a 120 dias.
- D** Não pode utilizar terceiros em sua atividade.
- E** Pode explorar atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 140 (cento e quarenta) dias ao ano.

GABARITO: B

COMENTÁRIO:

A alternativa A está ERRADA pela sua parte final.

De acordo com o inc. VII do art. 9º do Regulamento da Previdência, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, considera-se

segurado especial a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, explore as seguintes atividades: agropecuária, em área contínua ou não de até quatro módulos fiscais; de seringueiro ou extrativista vegetal na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis, e faça dessas atividades o principal meio de vida; pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida. Portanto, a primeira parte da alternativa está correta.

A pessoa que presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento, enquadra-se no RGPS como segurado obrigatório na categoria de trabalhador avulso.

A alternativa B está CORRETA. De acordo com o inciso III do § 18 do art. 9º do Decreto nº 3.048, de 1999, a participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado, em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar não descaracteriza a condição de segurado especial.

A alternativa C está ERRADA, pois afirma que o segurado especial pode ter outra fonte de rendimento por período superior a 120 dias no ano.

O segurado especial desenvolve as suas atividades sozinho ou em regime de economia familiar, assim entendido aquele em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

Se a atividade é desenvolvida em regime de economia familiar, são segurados especiais os membros do grupo familiar que comprovadamente participem das atividades, desde que maiores de dezesesseis anos e que não possuam outra fonte de rendimentos.

De acordo com o inciso III do § 8º do art. 9º do Decreto nº 3.048, de 1999, não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente do exercício de atividade remunerada em período não superior a cento

e vinte dias, corridos ou intercalados, no ano civil. Ou seja, o segurado especial pode exercer outra atividade remunerada sem perder o seu enquadramento, **desde que o faça por um período máximo de 120 dias no ano civil.**

A alternativa D está ERRADA. O segurado especial não pode ter empregados permanentes, mas pode ter auxílio eventual de terceiros.

A alternativa E está ERRADA, pois o segurado especial pode explorar a atividade turística na propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de cento e vinte dias ao ano, sem perder o seu enquadramento.

26. (FGV – 2024 – EBSERH) A família Macedo Machado é composta pelo casal Jorge e Elaine, além de suas três filhas maiores (Tania, Maria e Regina). No âmbito profissional, Jorge é um trabalhador intermitente, Elaine é síndica não remunerada do condomínio residencial onde a família reside, Tania é ministra de confissão religiosa, Maria é médica residente e Regina é caseira num sítio de lazer. Todos têm suas atividades em sintonia e observância com as normas de regência respectivas.

Diante da situação apresentada, o integrante da família que a Lei considera como segurado facultativo é

Alternativas:

- A** Maria.
- B** Regina.
- C** Elaine.
- D** Tania.
- E** Jorge.

GABARITO: C

COMENTÁRIO:

Vamos analisar o enquadramento previdenciário de cada um dos membros da família:

Jorge é um trabalhador intermitente. Vincula-se ao RGPS como segurado obrigatório na categoria de empregado.

Tania é ministra de confissão religiosa. O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa enquadram-se no RGPS como segurados obrigatórios na categoria de contribuinte individual.

Maria é médica residente. Enquadra-se no RGPS como segurada obrigatória na categoria de contribuinte individual.

Regina é caseira num sítio de lazer. Logo, enquadra-se no RGPS como segurada obrigatória na categoria de empregada doméstica.

Elaine é síndica não remunerada do condomínio onde a família reside. Se o síndico for remunerado, enquadra-se no RGPS como segurado obrigatório na categoria de contribuinte individual. Muitas vezes, o síndico não recebe uma remuneração direta, mas fica dispensado do pagamento da taxa condominial. Esta dispensa é considerada uma forma de remuneração indireta e, também neste caso, ele será segurado obrigatório na categoria de contribuinte individual.

O síndico não remunerado pode filiar-se ao RGPS como segurado facultativo, desde que tenha a idade mínima de dezesseis anos e que não exerça outra atividade que o vincule ao RGPS como segurado obrigatório. Logo, a alternativa CORRETA é a C.

27. (FCC – 2024 – TRF 3ª REGIÃO) Em relação a ações previdenciárias, filiação e inscrição no regime geral de previdência social (RGPS), julgue o item a seguir.

O segurado facultativo poderá efetuar a sua inscrição retroativa no RGPS, até o limite máximo de cinco anos, desde que recolha as contribuições previdenciárias referentes ao período de que pretenda obter o reconhecimento da filiação.

Alternativas:

- () Certo
- () Errado

GABARITO: ERRADA.

COMENTÁRIO:

A questão está ERRADA.

Considera-se inscrição de segurado para os efeitos da previdência social o ato pelo qual o segurado é cadastrado no RGPS, por meio da comprovação dos seus dados pessoais. A filiação do segurado facultativo completa-se quando, após a inscrição, ele realiza o primeiro recolhimento de contribuição sem atraso.

A filiação na qualidade de segurado facultativo representa um ato de vontade (não obrigatório), gerando efeito somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento, não podendo retroagir e não permitindo o pagamento de contribuições relativas a competências anteriores à data da inscrição.

Assim, se o segurado se filiou ao RGPS como facultativo em janeiro de 2026, ele só pode recolher contribuições desta competência em diante. Não poderia recolher contribuições, como facultativo, relativas a 12/2025 ou meses anteriores.

28. (FGV - 2024 - CVM) Marta é freira numa ordem religiosa que atua exclusivamente em atividades religiosas no Brasil. Nessa condição, ela recolhe contribuições para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na qualidade de:

Alternativas:

- A** segurada obrigatória empregada;
- B** segurada obrigatória contribuinte individual;
- C** segurada obrigatória trabalhadora avulsa;
- D** segurada obrigatória especial;
- E** segurada facultativa.

GABARITO: B

COMENTÁRIO:

A freira é um exemplo típico de pessoa que é membro de instituto de vida consagrada (à religião). Enquadra-se no RGPS como segurado obrigatório na categoria de contribuinte individual. O mesmo acontece com os padres, cônegos, pastores, rabinos e todos aqueles que fazem do mister religioso a sua obrigação principal.

29. (CESPE - 2025 - TÉCNICO DO INSS CURSO DE FORMAÇÃO) Julgue o próximo item, relativo ao segurado facultativo.

A filiação à previdência social para os segurados facultativos decorre automaticamente do exercício de atividade remunerada.

Alternativas:

- () Certo
- () Errado

GABARITO: ERRADA.

COMENTÁRIO:

Pode filiar-se ao RGPS como segurado facultativo o maior de dezesseis anos que não exerça atividade remunerada que o vincule ao RGPS como segurado obrigatório e que não esteja vinculado a Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Se a pessoa exercer atividade remunerada, será filiada ao RGPS como segurada obrigatória.

Logo, a questão está ERRADA.

30. (CONSULPLAN – 2025 – HEMOBRÁS) Alberto, 15 anos, foi contratado por determinada empresa para desempenhar as atividades de menor aprendiz. De acordo com as leis que dispõem sobre a previdência social, Alberto é enquadrado como:

Alternativas:

- A** Trabalhador avulso.
- B** Segurado facultativo.
- C** Contribuinte individual.
- D** Segurado obrigatório na qualidade de empregado.

GABARITO: D

COMENTÁRIO:

A idade mínima para filiação ao RGPS é de 16 anos, salvo na condição de menor aprendiz, cuja filiação pode ocorrer a partir dos 14 anos. O menor aprendiz vincula-se ao RGPS como segurado obrigatório na categoria de empregado.

31. (CONSULPLAN – 2025 – HEMOBRÁS) Tiago exerce atividade de extrativista vegetal em área que abrange cerca de seis módulos fiscais. De acordo

com as leis que dispõem sobre a previdência social, Tiago é enquadrado como:

Alternativas:

- A** Segurado especial.
- B** Trabalhador avulso.
- C** Contribuinte individual.
- D** Beneficiário facultativo.

GABARITO: A

COMENTÁRIO:

Essa questão traz uma pegadinha interessante.

De acordo com o inc. VII do art. 9º do Regulamento da Previdência, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, considera-se segurado especial a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, explore as seguintes atividades:

- ✓ agropecuária, em área contínua ou não de até quatro módulos fiscais;
- ✓ de seringueiro ou extrativista vegetal na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis, e faça dessas atividades o principal meio de vida;
- ✓ pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida.

A pessoa que exerce atividade de extrativismo vegetal, portanto, enquadra-se como segurado especial.

A pegadinha está no tamanho da área onde a pessoa exerce a sua atividade. Para a atividade de extrativismo, não há limite. O limite máximo de quatro módulos fiscais aplica-se apenas àqueles que exercem atividade agropecuária.

A alternativa correta é a A.

32. (CONSULPLAN – 2025 – HEMOBRÁS) João explora atividade de extração mineral de ouro para terceira pessoa em caráter permanente e

diretamente, sem interposta pessoa. De acordo com a Lei nº 8.213/1991 e, atendidos os demais requisitos legais, João será segurado:

Alternativas:

- A** Facultativo.
- B** Obrigatório como empregado.
- C** Obrigatório como segurado especial.
- D** Obrigatório como contribuinte individual.

GABARITO: D

COMENTÁRIO:

Outra pegadinha interessante. Pela redação parecida, muitos pensam que o garimpeiro seria enquadrado como segurado especial. Mas o garimpeiro é segurado contribuinte individual.

Embora seja um contribuinte individual, o garimpeiro que trabalhe em regime de economia familiar faz jus à aposentadoria nos mesmos moldes do trabalhador rural, ou seja, aos 60 anos de idade, se homem, ou aos 55, se mulher, desde que comprove o cumprimento da carência de 180 contribuições mensais.

A alternativa correta é a D.

33. (VUNESP – 2024 – PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ) No que se refere aos segurados, conforme as disposições da Lei nº 8.213/1999, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais, é classificado como

Alternativas:

- A** contribuinte individual.
- B** trabalhador avulso.
- C** empregado.
- D** segurado facultativo.
- E** segurado especial.

GABARITO: C

COMENTÁRIO:

Somente os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo vinculam-se aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Nos entes federativos onde não houver regime próprio, até mesmo os servidores efetivos vinculam-se ao RGPS como segurados empregados.

Exemplo: Procurador Federal – ocupante de cargo efetivo na União, vincula-se ao RPPS da União. Procurador do Município de Lauro de Freitas – BA, município onde não houve a criação de regime próprio para os servidores, vincula-se ao RGPS como segurado empregado.

Todos os demais servidores e agentes públicos, que não sejam ocupantes de cargo efetivo, vinculam-se ao RGPS como segurados obrigatórios, na categoria de segurados empregados.

Assim, são vinculados ao RGPS como segurado empregado:

- ✓ o servidor da União, Estado, Distrito Federal ou Município, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- ✓ o servidor do Estado, Distrito Federal ou Município, bem como o das respectivas autarquias e fundações, ocupante de cargo efetivo, desde que, nessa qualidade, não esteja amparado por regime próprio de previdência social;
- ✓ o servidor contratado pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, bem como pelas respectivas autarquias e fundações, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

Logo, a alternativa correta é a C.

34. (2024 – IV-UFG – Prefeitura de Inhumas) Leia o caso a seguir.

M. é uma atuante agricultora familiar, destacando-se por seu trabalho como dirigente do sindicato dos trabalhadores rurais de sua região, por sua atividade de artesanato com argila e por tocar viola no grupo

musical da igreja. Sua liderança foi reconhecida e hoje ela também exerce mandato como vereadora em seu município de domicílio. Até então, ela e sua família se sustentavam com o trabalho realizado numa gleba inferior a quatro módulos fiscais, onde residem, e com a renda de cerca de três quartos de um salário-mínimo auferida com as atividades de arte e artesanato. Para apoiar sua família no trabalho rural enquanto exerce o mandato, M. contratou um funcionário, sem prazo determinado e com carteira de trabalho assinada.

Considerando a situação narrada, pode-se afirmar que a personagem perderá a condição de segurada especial do regime geral de previdência social porque

Alternativas:

- A** contratou empregado permanente.
- B** cumpre mandato sindical em organização da categoria de trabalhadores rurais.
- C** exerce mandato de vereadora do município onde desenvolve a atividade rural.
- D** realiza atividades artesanais e artísticas.

GABARITO: A

COMENTÁRIO:

A alternativa A está correta. O segurado especial não pode contratar empregados permanentes. Caso isso ocorra o segurado contratante perderá o seu enquadramento como segurado especial, passando a ser considerado contribuinte individual.

O grupo familiar poderá utilizar-se de empregado contratado por prazo determinado, à razão de, no máximo, cento e vinte pessoas por dia no mesmo ano civil. Assim, se o segurado especial contratar um empregado, a prestação de serviços deste empregado pode se estender por, no máximo, 120 dias do mesmo ano. Se forem contratados dois empregados, eles poderão trabalhar por 60 dias. Três empregados poderão trabalhar por 40 dias...

O exercício do mandato de vereadora do município onde desenvolve a atividade rural não ocasiona a perda do enquadramento como segurada especial. Do mesmo modo, o exercício de mandato como dirigente sindical em organização da categoria de

trabalhadores rurais não descaracteriza o trabalhador como segurado especial. Logo, as alternativas B e C estão ERRADAS.

Ela desenvolvia atividades de arte (tocava viola no grupo musical da igreja) e artesanato (com argila). Em razão destas atividades, ela auferia uma renda de três quartos do salário-mínimo. De acordo com os incisos VII e VIII do § 8º do art. 9º do Decreto nº 3.048, de 1999, a obtenção de renda com as atividades artísticas e de artesanato não descaracteriza a condição de segurado especial, desde que a renda obtida não exceda o salário-mínimo. Logo, a alternativa D está ERRADA.

35. (CESPE - 2025 - TJ RR) No que diz respeito ao enquadramento previdenciário, as pessoas físicas titulares de cartórios são consideradas segurados

- A** obrigatórios, na qualidade de empregadores.
- B** obrigatórios, na qualidade de contribuintes individuais.
- C** obrigatórios, sujeitos ao regime próprio de previdência do respectivo estado da Federação em que titularizados.
- D** facultativos.
- E** obrigatórios, na qualidade de empregados.

GABARITO: B

COMENTÁRIO:

O notário ou tabelião e o oficial de registros ou registrador, titular de cartório, que detêm a delegação do exercício da atividade notarial e de registro, não remunerados pelos cofres públicos, admitidos a partir de 21 de novembro de 1994, enquadram-se no RGPS como segurados obrigatórios na categoria de contribuintes individuais.

Eles exercem uma atividade econômica mediante delegação do Estado. Para desenvolverem as suas atividades contratam pessoas (escreventes, auxiliares...) que são segurados obrigatórios como empregados. Em relação às pessoas contratadas, os titulares de cartório são equiparados a empresa.

Embora sejam admitidos mediante concurso público, não são titulares de cargo efetivo, logo, não são vinculados a RPPS.

36. (CESPE – 2025 – PGE-ES) O indivíduo que não tenha vínculo com nenhum regime de previdência social e tome posse no cargo de vereador em município que não possua regime próprio de previdência social (RPPS)

Alternativas:

- A** passará a ser segurado obrigatório do regime geral de previdência social (RGPS).
- B** passará a ser segurado obrigatório do RPPS do estado a que pertence o município.
- C** será segurado facultativo do RPPS do estado a que pertence o município.
- D** terá de filiar-se a um regime de previdência social privada ou será segurado facultativo do regime geral de previdência social (RGPS).
- E** permanecerá sem proteção social, mas poderá filiar-se a um regime privado de previdência social.

GABARITO: A

COMENTÁRIO:

Aquele que ocupa cargo eletivo vincula-se ao RGPS como segurado obrigatório na categoria de empregado. Isso vale para vereador, prefeito, vice-prefeito, governador, vice-governador, deputado, senador...

Observe que, ainda que o município no qual ele exerça o cargo de vereador possua regime próprio, o ocupante do cargo de vereador estará vinculado ao RGPS, pois somente podem vincular-se ao RPPS os ocupantes de cargo efetivo.

Assim, se o cidadão não tem qualquer vínculo previdenciário e assume o cargo de vereador, será segurado obrigatório do RGPS.

Mas, se um servidor público vinculado a RPPS por ser ocupante de cargo efetivo for eleito e passar a ocupar o cargo eletivo, permanecerá vinculado ao regime de origem (RPPS), enquanto estiver exercendo o cargo eletivo. Nesta hipótese, o servidor deixará de exercer temporariamente as atividades do cargo efetivo e atuará apenas como ocupante do cargo eletivo. Sob o aspecto previdenciário, entretanto, permanecerá vinculado ao regime de origem (RPPS).

No caso do vereador, a Constituição permite, se houver compatibilidade de horários, o acúmulo do cargo público efetivo com as funções de vereador. Neste caso, se o servidor efetivo vinculado a RPPS for eleito vereador e acumular as funções do cargo efetivo com as funções do cargo de vereador, ficará vinculado ao RPPS pelo cargo efetivo e ao RGPS (como empregado) pelo cargo de vereador.

37. (FGV – 2025 – PROCURADOR AL AM) Jorge Mauro, trabalhador autônomo, desempenha a atividade de marcenaria por conta própria. Após consulta com advogado, recebe a informação de que possui o direito de enquadrar-se como microempreendedor individual – MEI, pois, na situação hipotética narrada, atende plenamente aos limites da LC nº 123/06. Nesse contexto, é correto afirmar que:

Alternativas:

- A** Jorge Mauro é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, podendo, nessa condição, realizar recolhimentos previdenciários mensais de, somente, 5% do salário-mínimo.
- B** Jorge Mauro, como microempreendedor individual, qualifica-se como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado empresário, com as contribuições devidas na forma da lei.
- C** Jorge Mauro, caso venha a contratar empregados no exercício de sua atividade, perde a condição de microempreendedor individual, restando, somente, a adesão facultativa a regime de previdência complementar.
- D** Jorge Mauro, como microempreendedor individual, poderá receber benefícios por incapacidade, temporária ou permanente, desde que comprove complemento de contribuição acima de 11% do salário-mínimo.
- E** Jorge Mauro, caso comprove trabalhar em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, poderá obter enquadramento como segurado especial, submetendo-se a regime diverso de contribuição previdenciária.

GABARITO: A

COMENTÁRIO:

De acordo com o § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006, considera-se Microempreendedor Individual – MEI o empresário individual que tenha receita bruta anual de até R\$ 81.000,00 e que exerça uma atividade para a qual não seja vedado o enquadramento como MEI.

O MEI é segurado obrigatório do RGPS na categoria de contribuinte individual.

A contribuição previdenciária mensalmente devida pelo MEI é de 5% sobre o salário-mínimo.

O MEI faz jus a todos os benefícios devidos pelo RGPS aos segurados contribuintes individuais, exceto a aposentadoria por tempo de contribuição (benefício que foi extinto pela EC nº 103, de 2019, mas que permanece sendo devido àqueles que já se encontravam vinculados ao RGPS em novembro de 2019).

Portanto, a alternativa A está correta.

A alternativa B está errada, pois não existe a categoria de empresário. Os empresários vinculam-se ao RGPS na categoria de contribuintes individuais.

A alternativa C está errada, pois o MEI pode contratar um empregado.

A alternativa D está errada, pois a contribuição de 5% sobre o salário-mínimo habilita o MEI ao recebimento de benefícios por incapacidade permanente ou temporária, desde que cumpridos os demais requisitos dos benefícios (comprovação da incapacidade, carência quando for o caso...).

A alternativa E está errada. A questão menciona que Mauro exerce a atividade de marcenaria. O enquadramento como segurado especial somente é possível para aqueles que exercem atividades como trabalhador rural, pescador artesanal ou extrativista vegetal.

38. (FGV – 2025 – CNU) Maria, empresária do setor de moda, desempenha suas atividades profissionais de forma autônoma, em sua própria residência. Ela se utiliza dos serviços de Carla, contratada como

empregada doméstica, para os cuidados familiares, sem envolver Carla em sua atividade profissional de moda.

Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que:

Alternativas:

- A** Carla e Maria são excluídas da cobertura do Regime Geral de Previdência Social, haja vista a ausência de relação de emprego na forma celetista, o que representa requisito para a filiação previdenciária;
- B** Maria é qualificada como empregadora doméstica e, nessa condição, é segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social, devendo verter as contribuições devidas na forma da lei;
- C** Carla é segurada empregada do Regime Geral de Previdência Social, fazendo jus a prestações previdenciárias diversas, incluindo aposentadoria aos 55 anos de idade ou por tempo de contribuição, após 25 anos;
- D** Maria, na condição de empresária, é segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social, sendo também qualificada como empregadora, assumindo ambas as responsabilidades legais;
- E** Carla é qualificada como segurada empregada doméstica, sendo irrelevante o fato de sua empregadora não demandar sua mão de obra para a atividade profissional de moda.

GABARITO: D

COMENTÁRIO:

A alternativa A está ERRADA. Maria e Carla são seguradas obrigatórias do RGPS como contribuinte individual e empregada doméstica, respectivamente.

A alternativa B está ERRADA. De fato, Maria é empregadora doméstica, por admitir Carla a seu serviço, como empregada doméstica. Mas o fato de ser empregadora doméstica não transforma Maria em segurada obrigatória do RGPS. Se não exercesse ela própria uma atividade remunerada, Maria não seria segurada obrigatória, podendo filiar-se ao RGPS apenas na condição de segurada facultativa. Em síntese, o que faz de Maria segurada obrigatória é o exercício da atividade de forma autônoma no setor de moda, e não o fato de ser empregadora doméstica de Carla.

A alternativa C está ERRADA. Carla é segurada obrigatória como empregada doméstica e faz jus a aposentadoria programada aos 62 anos de idade e 15 anos de contribuição.

A alternativa D está CORRETA. Maria é segurada obrigatória pelo exercício da sua atividade e empregadora doméstica por admitir Carla a seu serviço. Portanto, Maria terá que recolher as suas contribuições em razão de ser segurada (contribuinte individual), bem como na qualidade de empregadora doméstica.

A alternativa E está ERRADA. Mas o fato de sua empregadora não utilizar a sua mão de obra nas atividades de moda não é irrelevante. O enquadramento como doméstica exige que ela desenvolva atividade sem finalidade lucrativa. Caso Carla trabalhasse nas atividades profissionais de Maria, o seu enquadramento previdenciário se daria na categoria de segurada empregada.

39. (ICESPE – 2025 – FUNPRESP-EXE) Julgue o item seguinte, no que concerne às regras gerais para organização e funcionamento dos regimes de previdência e dos planos de benefícios da previdência social.

A filiação e a contribuição mensal aos regimes públicos de previdência social são obrigatórias para todas as pessoas que exerçam atividade remunerada, não sendo admitida a adesão de forma facultativa a nenhum deles.

Alternativas:

() Certo

() Errado

GABARITO: ERRADA.

COMENTÁRIO:

A assertiva está ERRADA. Todo aquele que exerce uma atividade remunerada vincula-se ao RGPS obrigatoriamente, conforme previsto no art. 201 da Constituição Federal. O servidor público efetivo, caso o ente federativo para qual trabalhe possua regime próprio, estará obrigatoriamente filiado ao RPPS.

É possível, entretanto, a filiação ao RGPS na qualidade de segurado facultativo para a pessoa que não exerça atividade remunerada que a vincule ao RGPS como segurada obrigatória, que não esteja vinculada a um RPPS e que tenha a idade mínima de 16 anos.